



TSE adotará mais transparência

Presidente da Corte anunciou novo formulário que será preenchido pelas empresas para facilitar entendimento do eleitor sobre os dados das pesquisas

» RENATO SOUZA
» FERNANDA STRICKLAND
» ALÍCIA BERNARDES

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kássio Nunes Marques, afirmou, na noite de ontem, que a Justiça Eleitoral vai adotar um novo mecanismo para dar mais transparência às pesquisas eleitorais. O objetivo é facilitar o entendimento do eleitor sobre como é feito cada levantamento. As declarações foram dadas na sede da Corte, após o resultado da votação no primeiro turno das eleições, que definiu que Flávio Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva vão se enfrentar no segundo turno das eleições. No primeiro turno, o candidato Flávio Bolsonaro registrou mais votos que Lula, fenômeno que contraria a maioria das pesquisas das últimas semanas.

De acordo com Kássio, todas as empresas que fizerem as pesquisas terão de preencher um formulário, de cerca de duas páginas, com informações relevantes para o eleitor. Entre os itens citados por ele, estão informações sobre quando aquela empresa foi aberta e desde quando tem registro no TSE. “O consenso que tivemos (TSE e institutos de pesquisa) é que a prioridade para o momento eram dias, se dar mais transparência aos registros e tentar uma forma de colocar uma parte mais didática neste registro”, disse ele.

De acordo com o magistrado, a forma como as pesquisas são apresentadas hoje, dificulta a leitura e interpretação pelos cidadãos. “O registro é complexo. O cidadão comum não quer ler 40 laudas. Isso fica para os advogados e os jornalistas. Nós fizemos um deslocamento de parte que contém o plano, que pode vir com 40 ou 80 laudas, para um formulário que fica na primeira página. A ideia é que as pessoas que buscam compreender melhor, possam se debruçar sobre todo o conteúdo. Mas o cidadão comum terá uma nova ferramenta, duas páginas iniciais com questões públicas,

Luiz Roberto/TSE



Nunes: “No segundo turno, vamos priorizar medidas para ampliar informações sobre as pesquisas”

de quando aquela empresa foi aberta, quando foi registrada no TSE. A própria empresa vai ter de preencher esse formulário. De uma forma didática ao eleitor”, completou ele.

Kássio também foi questionado se abandonou a ideia de criar um selo de acurácia, para os institutos que mais acertarem o resultado das eleições. A proposta foi ventilada no começo do segundo semestre deste ano e gerou reação das empresas, que foram contrárias à possibilidade. “A ideia foi lançada dentro de uma reunião com as empresas de pesquisa em que o objetivo principal era criarmos naquele momento para dar uma maior transparência neste procedimento. A partir daquele momento, da mesma forma que eu fiz em relação à plataformas, eu também fiz com as empresas de pesquisa. Anotei ponto a ponto das observações e críticas”, completou o ministro.

Crimes eleitorais

O ministro Kássio afirmou que não houve interferência estrangeira

nas eleições e destacou que a maior quantidade de crimes eleitorais registrados se referem a tentativas de compra de votos e boca de urna. “Também destaco que não foi identificada interferência estrangeira no processo eleitoral brasileiro. No que se refere à segurança pública, os dados registram até o momento 907 crimes eleitorais em todo o país, além da apreensão de 626 mil reais”, disse ele.

O presidente do TSE informou que os crimes mais frequentes foram boca de urna, no total de 311 registros e de propaganda irregular, no total de 272 ocorrências. Foram mobilizadas mais de 321 mil pessoas das forças de segurança pública, sendo 305 mil das forças estaduais. Nunes demonstrou preocupação com situações climáticas, especialmente ligadas ao El Niño, que podem gerar transtornos no segundo turno das eleições.

O TSE montou uma sala de monitoramento do clima, que conta com profissionais de diversos

setores, inclusive órgãos do governo. “O Norte está tendo uma seca muito acentuada, mas podíamos e fizemos todo um planejamento com os TREs (tribunais regionais eleitorais) e conseguimos deslocar as urnas para locais de votação. Não tivemos no dia de hoje nenhum problema relacionado ao El Niño no Norte do país. No Sul tivemos chuvas acentuadas, mas também em relação aos fortes ventos”, disse.

Kássio ressaltou que no Sul do país ocorreu queda de energia, em decorrência do mau tempo, mas que a votação foi garantida pela Justiça Eleitoral. “Houve queda em linhas de transmissão, principalmente no estado do Paraná. Tivemos dezenas de municípios que no começo da votação não tinham energia. Mas o TRE já havia se preparado e todas as urnas eletrônicas no Estado do Paraná funcionam com energia gerada por bateria. Não tivemos nenhum problema em decorrência disso”, completou o ministro.

Investigação exige prudência, diz ministro

» RENATO SOUZA
» FERNANDA STRICKLAND

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, afirmou, neste domingo (4/10), que as investigações sobre uma possível interferência dos Estados Unidos nas eleições brasileiras devem transcorrer sem “alarde”, mas com “cuidado” e “escrutínio”. Lima e Silva comentou o anúncio feito, mais cedo, pelo diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues. Segundo o chefe da corporação, a PF apura, de forma preliminar, denúncias de que o governo de Donald Trump teria financiado grupos de extrema-direita no Brasil.

“A minha avaliação pessoal é a de que assuntos como esse merecem uma pesquisa correta, para que nós não tenhamos nenhum alarde antes, e também para que não passamos a possibilidade de desprezar algum dado relevante”, disse o ministro a jornalistas.

“O status que a PF passou é exatamente esse: que o processo está em análise na DIP (Diretoria de Inteligência Policial), tendo passado pela Corregedoria, e que os achados serão tratados e divulgados para vocês na medida em que a investigação avance”, acrescentou o ministro, durante visita ao Centro Integrado de Comando e Controle Nacional (CICCN), em Brasília, que monitora o andamento da eleição.

Grupos extremistas

A investigação da PF ocorre após pedido da Advocacia-Geral da União (AGU), baseado em

Ascom MJSP



Wellington César Lima e Silva: “As investigações devem transcorrer com cuidado e escrutínio”

reportagem do jornal inglês *The Guardian*. Segundo o texto, o governo americano destinou cerca de R\$ 5,2 milhões a grupos de extrema-direita para combater o “lawfare e a censura no Brasil”. Os recursos teriam sido destinados pelo Fundo de Direitos Humanos e Democracia do Departamento de Estado.

Ao comentar a investigação, Andrei afirmou se tratar de um “procedimento prévio”, e que não há inquérito oficialmente instaurado. O diretor-geral da PF também descartou haver indícios de qualquer ataque planejado contra embaixadas, após as representações dos Estados Unidos e da Austrália suspenderem serviços, na sexta-feira (2), alegando questões de segurança.

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, comentou o balanço das operações feitas até o fim

da manhã deste domingo de eleição. Embaixadas estrangeiras no Brasil emitiram alertas de segurança na sexta-feira e citaram as eleições como um dos motivos para recomendar cautela a cidadãos que estão no país. O diretor da PF afirmou que não há riscos para embaixadas em Brasília. “Não encontramos elementos concretos sobre a existência de risco para nenhuma embaixada. Não havia plano, não havia nada que tenhamos identificado”, disse.

Segundo ele, foram apreendidos lotes de dinheiro vivo, em operação feita em Roraima, contra possíveis interferências no processo eleitoral. “Fizemos operação que apreendeu mais de R\$ 300 mil em Roraima. O dinheiro nos indicou vinculação com a eleição”, disse Rodrigues, em pronunciamento à imprensa.

Rodrigues também fez um balanço sobre crimes eleitorais investigados pela corporação. São, até o momento, “1.292 inquéritos que apuram crime eleitorais e 97 inquéritos que versam sobre violência política de gênero”, completou.

Mais cedo, a Polícia Federal publicou ter instaurado inquéritos policiais nos estados da Bahia, Minas Gerais, Roraima, Acre, Distrito Federal, Rondônia, Amapá e Paráiba. Entre os principais crimes apurados estão a propaganda eleitoral irregular e a corrupção eleitoral, especialmente a compra de votos.

Até o fim da manhã de ontem, 28 pessoas foram detidas, além da apreensão de bens que somaram mais de R\$ 45,6 milhões, dos quais cerca de R\$ 30,2 milhões correspondem a apreensões de dinheiro em espécie.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Favoritismo de Flávio obriga Lula a adotar uma estratégia de resistência

A eleição deste domingo vai muito além da vantagem de Flávio Bolsonaro sobre Luiz Inácio Lula da Silva. Com mais de 99% das seções totalizadas, Flávio tinha cerca de 47% dos votos válidos, contra aproximadamente 45% de Lula, resultado que confirmou o segundo turno no próximo dia 25.

O candidato do PL não apenas superou as pesquisas da véspera como demonstrou que a onda conservadora, iniciada em 2018, será longa e que o centro político está sendo, mais uma vez, capturado pela extrema-direita.

A apuração chegou a mostrar Flávio acima dos 50% até quase dois terços das urnas contabilizadas. A vantagem diminuiu à medida que avançava a totalização dos estados mais favoráveis a Lula, mas permaneceu suficiente para inverter a expectativa criada pelas últimas pesquisas, nas quais os dois apareciam empatados ou com pequena vantagem do petista. A Quæst, por exemplo, apontava 46% a 45% dos votos válidos para Lula; o Atlas, 47% a 44,1%.

Há um componente dessa votação que ainda precisará ser dissecado: o comparecimento dos idosos. O voto é facultativo a partir dos 70 anos, faixa que reúne cerca de 17 milhões de brasileiros e, historicamente, apresenta elevada abstenção. Desta vez, o comparecimento às urnas também pôde ser utilizado como prova de vida do INSS, circunstância especialmente relevante porque aproximadamente 13 milhões de beneficiários estavam com essa comprovação pendente. Lula chegava à eleição com desempenho melhor entre os mais velhos. Entretanto, somente os dados desagregados permitirão saber se esse contingente reduziu a desvantagem do presidente.

O resultado do primeiro turno reforça a hipótese de que o tsunami eleitoral de 2018 não foi um acidente produzido exclusivamente pela candidatura de Jair Bolsonaro. O bolsonarismo tornou-se expressão brasileira de uma onda conservadora internacional de longa duração, progressivamente tensionada pela extrema direita. Bolsonaro perdeu a eleição de 2022, foi condenado e está fora da disputa, mas o fenômeno político que personificou encarnou em Flávio Bolsonaro, que herdou grande parte do eleitorado do pai, mas procurou ampliar suas fronteiras, moderando a forma sem abandonar o conteúdo essencial do bolsonarismo.

Sua votação mostra que existe hoje um campo conservador consolidado, social e eleitoralmente, capaz de sobreviver às derrotas, às crises e aos próprios Bolsonaro. As eleições nos estados mostram que uma nova geração de lideranças de direita está emergindo das urnas.

Esse talvez tenha sido o maior erro de avaliação de Lula depois da vitória de 2022. Sua eleição resultou de uma ampla frente democrática, que reuniu forças de esquerda, centro e até setores da antiga centro-direita diante do risco representado pela continuidade de Jair Bolsonaro. A vitória exigia, portanto, uma estratégia permanente de resistência democrática e reconstrução institucional. O governo preferiu interpretar-lá também como reafirmação da liderança pessoal de Lula e da hegemonia do PT.

Brasil profundo

Quatro anos depois, a conta aparece nas urnas. O antipetismo continua sendo uma força mobilizadora, e a esquerda sozinha não é forte o suficiente para governar o país. Parcelas importantes do centro que haviam apoiado Lula contra Bolsonaro, aparentemente, deslocam-se para a direita. Ao mesmo tempo, escândalos como o do INSS, a crise do Banco Master e o desgate do Supremo alimentaram a narrativa antissistema da oposição. Nem mesmo indicadores econômicos favoráveis foram suficientes para produzir uma onda eleitoral em benefício do governo neste primeiro turno.

Há ainda um Brasil subterrâneo que as pesquisas captam com dificuldade. Em parcelas do território, principalmente nas periferias metropolitanas, o Estado divide autoridade com facções criminosas e milícias. Nos grotões, sobrevivem máquinas políticas, relações clientelistas e velhas oligarquias. A compra de votos continua fazendo parte do repertório eleitoral. A democracia brasileira é moderna na urna eletrônica, mas convive com estruturas políticas e sociais arcaicas.

Os resultados para governos estaduais e para o Senado mostram a nova correlação de forças. Em São Paulo, por exemplo, Guilherme Derrite e André do Prado, ambos vinculados ao campo de Tarcísio de Freitas e Flávio Bolsonaro, conquistaram as duas vagas senatoriais; no Rio Grande do Sul, Marcel van Hattem e Sanderson, também identificados com a direita, foram eleitos. Não se trata, portanto, apenas de uma votação presidencial: existe uma reorganização conservadora do poder político.

É nesse ponto que a eleição se encontra com uma crise histórica mais profunda. A redemocratização iniciada em 1985 e institucionalizada pela Constituição de 1988 produziu quatro décadas de eleições livres, alternância de poder e ampliação de direitos. Entretanto, o Brasil que construiu aquele sistema mudou radicalmente. Partidos, sindicatos, imprensa e instituições perderam o monopólio da mediação política. As redes sociais fragmentaram a esfera pública, enquanto Executivo, Congresso e Judiciário passaram a disputar protagonismo diante de uma sociedade crescentemente desconfiada. Vivemos um interregno como os que antecederam às crises de 1930, de 1945, de 1964 e de 1985, que marcam ciclos autoritários e democráticos.